



número 130 - Maio 2008

NOSSA OPINIÃO

- Florestas, agrocombustíveis e as políticas da fome

COMUNIDADES E FLORESTAS

- Brasil: cana de açúcar para agrocombustível avança sobre ecossistema biodiverso
- Birmânia: ciclone evidenciou o fracasso do "desenvolvimento" baseado na destruição dos mangues
- Paraquai: contato forçado trouxe doença e morte para indígena
- Zâmbia: sujeita às garras do estouro dos agrocombustíveis
- Manejo florestal comunitário: uma publicação nova e inspiradora de FoEI

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- As mulheres sofrem os maiores impactos da produção de agrocombustíveis
- África do Sul: visita às monoculturas de árvores industriais da Komatiland Forests
- Austrália/ Tasmânia: acordo favorece projeto da fábrica de celulose da Gunns apesar da oposição popular
- Birmânia: Generais deliram por agrocombustíveis

DIRETAMENTE DESDE A CDB

- A vida real estoura na Convenção sobre Diversidade Biológica

NOSSA OPINIÃO

- Florestas, agrocombustíveis e as políticas da fome

No mundo, a fome gera cada vez mais preocupações para aqueles que ainda não a vivenciam e mais sofrimento para aqueles que a padecem, cujo número aumenta ano após ano. Contudo, as políticas elaboradas desde os centros globais do poder não apenas fazem pouca coisa para resolver o problema, senão que, em geral o agravam.

Um exemplo claro disso é a promoção dos agrocombustíveis. Mascarados sob um discurso ecológico (a substituição dos combustíveis fósseis que geram a mudança climática) e com o rótulo verde de "bio"combustíveis, milhões de hectares são destinadas à produção de alimento ... para veículos.

No Sul, os impactos dessa política são sérios. Por um lado, porque os alimentos básicos como o milho deixam de ser destinados à alimentação humana e passam a ser transformados em etanol. Por outro lado, porque as terras que produzem alimentos são ocupadas por monoculturas de cana-de-açúcar ou soja para a produção de agrocombustíveis. Nos dois casos, o resultado implica menor oferta de alimentos, com a conseguinte especulação e encarecimento.

É claro que os agrocombustíveis não são os únicos (nem os primeiros) responsáveis pela subida no preço dos alimentos. Mas também é verdade que são um fator a mais que contribui a agravar uma situação que já é grave por se, na que a fome e a desnutrição aumentam nos países do Sul.

O aumento do preço dos alimentos já provocou revoltas populares- nascidas do desespero- em muitas partes do mundo e também deu origem a fortes movimentos organizados em favor da soberania alimentar.

Contudo, existe outro processo ligado à alimentação que ainda permanece relativamente invisível e que deve ser incorporado a essa luta: a destruição das florestas.

A expansão das culturas para agrocombustíveis é realizada em dois cenários: em terras agrícolas e em terras florestais. Ao tempo que no primeiro caso ocorre a substituição de culturas alimentícias por culturas para energia; no segundo, as florestas são destruídas para aí serem produzidos os agrocombustíveis (óleo de dendê, soja, cana-de-açúcar).

Este segundo caso- a destruição de florestas- raramente é percebido como um impacto sobre a segurança e a soberania alimentares dos povos, simplesmente porque poucas são as pessoas que estão informadas da capacidade produtora de alimentos das florestas. Quem sabe disso são os milhões de seres humanos que habitam nelas, que obtêm da floresta a maioria de seus meios de sobrevivência, estando os alimentos em primeiro lugar. Cada área de floresta que desaparece implica, portanto, tirar o alimento da boca desses povos, seja pela ocupação com agrocombustíveis seja por qualquer outro tipo de atividade que resultar na destruição da floresta (plantações de árvores para celulose, desmatamento comercial, barragens hidrelétricas, granjas camaroneiras, etc.). Assim, as comunidades até então bem alimentadas a partir dos recursos da floresta são empurradas à fome.

A fome- seja em áreas florestais, agrícolas ou urbanas- não é um fenômeno inevitável, senão que é o resultado das mesmas políticas e interesses econômicos que estão na raiz de outras crises como a mudança climática, a perda de biodiversidade, o desmatamento, a desaparecimento e a poluição de fontes de água, a destruição dos solos e muitas outras. Por sua vez, todas essas crises agravam o problema da falta de acesso aos alimentos por parte dos mais desapossados.

As mal chamadas políticas de "desenvolvimento" impulsionadas há décadas por organismos internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial para a Agricultura e a Alimentação, a Organização Mundial do Comércio e outras, já têm demonstrado até a exaustão que são um completo desastre social e ambiental. O único resultado que obtiveram foi "desenvolver" os lucros das grandes empresas transnacionais, à custa da fome das pessoas e da degradação ambiental. O modelo que nos impuseram cai aos pedaços. Está na hora de admitirem isso e deixarem espaço para as propostas dos movimentos sociais.

início

COMUNIDADES E FLORESTAS

- **Brasil: cana de açúcar para agrocombustível avança sobre ecossistema biodiverso**

Os agrocombustíveis vêm recebendo crescentes alertas, protestos e denúncias provenientes de âmbitos tão díspares quanto personalidades oficiais das Nações Unidas- o Diretor Geral da FAO Jacques Diouf e o relator da ONU para o Direito à Alimentação, Jean Ziegler-, primeiros-ministros como Fidel Castro, e organizações sociais do Norte e do Sul (vide 1 e 2). Mas apesar disso, as plantações para combustível se espalham.

Na América Latina, sem dúvida é o Brasil que sai à frente. Os acordos energéticos com os Estados Unidos e o Chile do ano passado, e recentemente com a Alemanha consolidam a posição do Brasil como produtor de etanol.

As plantações de cana-de-açúcar para combustível ocupam no país cerca de seis milhões de hectares, distribuídas principalmente no Sudeste, nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás, e também na região Central, nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A maior pressão da monocultura de cana é exercida sobre a região do cerrado. O cerrado é um bioma de grande diversidade, um tipo de floresta aberta com dois milhões de quilômetros quadrados que faz a ligação com a Amazônia, a Mata Atlântica e o Pantanal. Tradicionalmente foi destinado à produção extensiva de gado, mas nas últimas décadas a expansão das plantações de cana têm avançado transformando importantes áreas do cerrado em canaviais. Conforme dados do ISPN (Instituto, Sociedade, População e Natureza) em uma pesquisa que será publicada em junho, 162 mil hectares de cerrado que hoje o governo aponta como áreas de conservação são agora monoculturas de cana.

Nilo D'Avila, coordenador do estudo, afirma que: "Toda monocultura provoca perda de biodiversidade. A plantação de cana transtorna o meio bioquímico do Cerrado, principalmente a acidez do solo, que é muito alta na região". Além do desmatamento que ocasionam para ocupar terras, as técnicas de monocultura de cana pretendem "corrigir" essa acidez com cal, e isso tem provocado o desaparecimento de inúmeras frutas do Cerrado que cresciam adaptadas a esse meio.

A grande tragédia do Cerrado é que a acelerada devastação tem pouca visibilidade. É o segundo bioma mais ameaçado depois da Amazônia, mas é o primeiro em relação à ameaça das plantações de cana. Conforme um relatório publicado pela UITA (3), nos últimos 40 anos, a região do Cerrado tem perdido metade de sua superfície, em decorrência da expansão, entre outras atividades, da cana de açúcar. Se essa tendência continuar, estima-se que até o ano 2030 terá desaparecido.

O pretenso cariz "ecológico" (bio) com que os agronegociadores tentam mascarar o *commodity* da cana de açúcar cai aos pedaços. Há quem proponha chamá-los como o que realmente são: "necrocombustíveis", os combustíveis da morte.

(1) Manifiesto de Quito em http://www.wrm.org.uy/temas/Agrocombustibles/Manifiesto_Quito.html [EM INGLÊS: Position Paper of the Global South, em http://www.wrm.org.uy/subjects/agrofuels/Quito_Manifest.html],

(2) Apelo a uma moratória, em <http://www.wrm.org.uy/actores/CBD/SBSTTA/Moratoria.pdf> [EM INGLÊS: Call for a moratorium em http://www.wrm.org.uy/actors/BDC/SBSTTA/Press_Release_26_6.html]

(3) Caña de azúcar devasta el "cerrado", Silvia Adoue, Radioagencia NP, <http://www.rel-uita.org/agricultura/cerrado.htm>

[início](#)

- **Birmânia: ciclone evidenciou o fracasso do "desenvolvimento" baseado na destruição dos mangues**

No primeiro fim de semana de maio, um ciclone devastou a Birmânia. O ciclone Nagris atingiu o delta de Irrawaddy, com ventos que chegaram até 190 km/h. No entanto, um golpe de mar que veio com a tormenta causou mais estragos: uma onda de até 3,5 m de altura que varreu a metade das casas em povoados baixos e os inundou. As pessoas não puderam fugir e o número de mortos vai de 22.000 até 100.000.

A tormenta foi realmente forte, mas a raiz dessa devastação aumentada remonta-se aos chamados "programas de desenvolvimento" do país, nas indústrias do turismo e da criação de camarões, que implicaram a destruição de mangues antigamente exuberantes.

A importância dos mangues como zonas de amortecimento que protegem áreas habitadas contra tormentas e

grandes ondas é amplamente reconhecida. Os mangues são tolerantes ao sal e crescem ao longo das linhas costeiras, rios e deltas onde confluem as águas salgadas e as águas doces, às vezes cobrindo uns poucos quilômetros para o interior. Formam uma densa barreira de proteção de raízes, ramos e troncos entrelaçados que dissipam a força dos golpes de mar.

Toda vez que as áreas costeiras são privadas de sua proteção de mangues, o estrago causado por grandes ondas é bem mais dramático. A BBC reportou vários estudos que revelam a importância dos mangues para as vidas e assentamentos humanos: um estudo do tsunami asiático de 2004 achou que áreas perto de mangues saudáveis sofreram menos estragos e menor número de mortes. Também um estudo publicado em dezembro de 2005 disse que as florestas saudáveis de mangues ajudaram a salvar povoadores de Sri Lanka durante o desastre do tsunami asiático, que cobrou as vidas de mais de 200.000 pessoas. Pesquisadores da UICN compararam o número de mortos de dois povoados em Sri Lanka que foram atingidos pelas devastadoras ondas gigantes –enquanto duas pessoas morreram no assentamento com densa floresta de mangue e arbustos, até 6.000 pessoas perderam a vida em um povoado vizinho sem vegetação similar (1).

De acordo com o *Mangrove Action Project – MAP* (Projeto de Ação de Mangues), a perda de mangues começou na Birmânia sob o domínio colonial britânico, "para deixar espaço livre para a produção de arroz. Desde a época, a perda de mangues tem continuado. Durante a Segunda Guerra Mundial, para satisfazer exigências militares, e mais recentemente para lenha e desenvolvimentos insustentáveis, como por exemplo a aquicultura industrial de camarões e a expansão urbana." O MAP reporta pesquisadores birmaneses revelando que "durante um período de 75 anos (1924-1999), 82,76% dos mangues do Irrawady foram destruídos."

"A conversão para granjas de camarões e peixes em grande escala é a maior ameaça para os mangues no mundo inteiro, e outras pressões incluem os desenvolvimentos turísticos e as crescentes populações. Isso é preocupante para aqueles que acham que o aquecimento global e os crescentes níveis do mar causarão tormentas mais freqüentes e intensas e que a perda de mangues vai fazer com que as linhas costeiras sejam mais susceptíveis ao dano." (2)

Além do tsunami do Oceano Índico de dezembro de 2004 que devastou várias costas asiáticas, o Super Ciclone de 1999 que atingiu a costa de Orissa, Índia, matando mais de 10.000 pessoas são tristes lembranças evocadas pelo recente desastre na Birmânia, especialmente porque poderiam ter sido "amortecidas em grande medida e muitas perdas de vidas e danos à propriedade poderiam ter sido evitados se florestas de mangues saudáveis tivessem sido conservadas ao longo das linhas costeiras do Delta de Irrawaddy" disse Alfredo Quarto, diretor executivo do MAP.

A causa do mal é bem conhecida pelas autoridades nacionais e internacionais. Um funcionário da FAO tem reconhecido que "Há áreas muito limitadas que poderiam descrever-se como de mangues prístinos ou densamente cobertos na área de Irrawaddy" e apesar de que há alguns esforços para reabilitar e replantar mangues, a taxa de perdas é ainda bastante substancial. O funcionário disse que "durante a década de 90 perderam aproximadamente 2.000 hectares cada ano, o que equivale a aproximadamente 0,3% de perda anual. Mas isso não dá o panorama completo porque a maioria desses habitats de marés estão sendo degradados, ainda que não estejam sendo completamente destruídos." (1)

Quantas vidas mais deverão perder-se para conseguir a vontade política de mudar as atuais políticas de "desenvolvimento" que tão dramaticamente têm demonstrado ser um fracasso?

Nenhum desenvolvimento é possível no longo prazo quando implica destruir nosso lar, nossa natureza. O povo da Birmânia pode tristemente dizê-lo.

Artigo baseado em informação de: (1) "Mangrove loss 'put Burma at risk'", Mark Kinver, BBC News, <http://news.bbc.co.uk/2/hi/science/nature/7385315.stm>; (2) Comunicado à imprensa: "Destruction of Mangrove

Forests Increased Devastating Impact of Cyclone Nagris”, MAP.

http://www.mangroveactionproject.org/news/current_headlines/press-release-destruction-of-mangrove-forests-increased-devastating-impact-of-cyclone-nagris/

início

- Paraguai: contato forçado trouxe doença e morte para indígena

Parojnai era seu nome. Era um dos indígenas Ayoreo-Totobiegosode que habitam a floresta do Chaco que se estende desde o Paraguai até a Bolívia e a Argentina, no sul da bacia do Amazonas.

Parojnai Picanerai, sua mulher e seus filhos tinham conseguido viver na floresta do Chaco (localizada no Paraguai), sem contato com o mundo exterior, apesar da crescente invasão em seus territórios. Apesar de que a lei do Paraguai reconhece o direito dos Ayoreo à propriedade das terras que tem habitado tradicionalmente, sua floresta está sendo vendida a proprietários privados e rapidamente cortada por especuladores e fazendeiros para atividade madeireira e depois para criação de gado.

Em 1979 e 1986, a fundamentalista norte-americana New Tribes Mission organizou "caçadas humanas" para forçar grandes grupos de Ayoreo Totobiegosode a sair da floresta. Depois, o assédio e o aplanamento com buldôzers da floresta do Chaco continuou com incursões regulares. A vida comunitária dos Ayoreo em povoados foi perturbada e tiveram que deslocar o acampamento para viver escondidos dentro da floresta, abandonando suas cabanas e deixando atrás os cultivos que tinham plantado, bem como valiosas possessões como panelas e ferramentas.

Finalmente, cansados da vida solitária e de fugir, Parojnai e sua família desistiram e entraram em contato em 1998. Survival International nos traz seu depoimento nesse momento: "Fugíamos de um lugar a outro. Parecia como se o buldôzer nos seguia. Tive que deixar minhas ferramentas, meu arco, minha corda, para correr mais rapidamente... Pensamos que o buldôzer tinha visto nosso jardim e vinha para devorar a fruta – e para devorá-nos também"

Eles foram viver em uma pequena comunidade Ayoreo na beira da floresta, mas pouco tempo depois do contato, Parojnai contraiu gripe e tuberculose. O ativista de Survival Jonathan Mazower, que o tinha visitado em 2003 e em 2007, disse este mês: 'Quando conheci Parojnai, ele já estava muito doente. Mas tenho visto fotografias dele tomadas no dia seguinte ao primeiro contato e ele estava incrivelmente bem e saudável nesse momento.'

Nos primeiros dias de maio Parojnai morreu. Sua morte adquiriu uma significância que Mazower descreveu apropriadamente: "Para mim, a vida de Parojnai simboliza o destino dos povos indígenas nas Américas desde Colombo. A perda de suas terras em mãos de estranhos os forçaram a renunciar a sua independência e o contato lhe trouxe uma doença que eventualmente o mataria. As mesmas tragédias enfrentadas pelos índios há 500 anos estão sendo vistas hoje para as últimas tribos não contatadas do mundo."

Artigo baseado em informação de: "Paraguay: Ayoreo Indian Dies after First Contact", 7 de maio de 2008, Survival International, <http://mcsv.net/cgi-bin/redir?MCid=ADomPAu9J28E4tnmA4RM>

início

- Zâmbia: sujeita às garras do estouro dos agrocombustíveis

Na África, as iniciativas para os biocombustíveis estão proliferando em muitos países, incluindo a Zâmbia, onde a jatrofa tem sido selecionada como o principal cultivo para produzir biodiesel enquanto a cana-de-açúcar, o sorgo doce e a mandioca são escolhidos para o bioetanol.

Uma pesquisa levada a cabo por Matongo Mundia (1) em 2007 explica que "Como no resto do continente, grande parte do impulso para os desenvolvimentos dos biocombustíveis na Zâmbia provém de conversas para atingir a segurança energética e apoiar o desenvolvimento social e econômico. No entanto, parece haver uma falta de clareza sobre se o investimento e os objetivos visam à produção de biocombustíveis para o mercado zambiano ou para as exportações."

O governo zambiano tem apoiado e endossado a produção de biocombustíveis, mas o setor é bastante novo no país. O relatório identifica à *D1 Oils* – uma produtora global de biodiesel baseada no Reino Unido– e à *Marli Investments* como as principais impulsionadoras da produção de biocombustíveis. Através da *Biofuels Association of Zambia – BAZ* (Associação de Biocombustíveis da Zâmbia), a indústria dos agrocombustíveis tem estado tentando obter incentivos, como por exemplo misturas mínimas de biocombustíveis para todos os consumidores e a provisão de incentivos que possam injetar capital para o desenvolvimento do setor.

"Parece que as companhias como a *D1 Oils* podem estar promovendo os biocombustíveis como uma estratégia energética nacional, para abrir a porta a legislação flexível, enquanto realmente tenta focalizar a produção de biocombustível no mercado das exportações. A probabilidade de que a produção de biocombustível objetivo finalmente os mercados das exportações e não beneficie os zambianos está sustentada pelo fato de que a Zâmbia não tem instalações de refinaria e a *D1 Oils* está construindo uma refinaria em Durban, África do Sul. Uma vez que o produto tem deixado o país, o maior poder de compra do consumidor europeu vai prevalecer sem dúvidas" explica o relatório.

Um destino comum na maioria dos lugares onde os esquemas dos agrocombustíveis em grande escala tem sido lançados é o do desmatamento e o deslocamento: "66% da massa de terras da Zâmbia está integrada por matas e florestas, algumas das quais são de especial importância, como aquelas nas cabeceiras dos rios (áreas de captação), reservas de florestas e parques de caça. Somente 26% das matas e florestas zambianas poderiam ser usadas para promover a produtividade agrícola, como por exemplo cultivos para agrocombustíveis. No entanto, mesmo sem cortar mais florestas para agricultura, a Zâmbia já está experimentando altos níveis de desmatamento. Em uma declaração recente, o Ministro da Província de Copperbelt, o Sr. Mwansa Mbulakulima declarou que uma reserva florestal cuja declaração de proteção foi revogada, será outorgada aos investidores (The Post, 4 de maio de 2007). Ainda não é do conhecimento público se essa concessão irá para a produção de biocombustíveis ou para outros desenvolvimentos da indústria. No entanto, isso indica que os desenvolvimentos dos biocombustíveis que levam ao desmatamento não acharão muitos obstáculos do governo local ou nacional."

"Há sérias perguntas na Zâmbia sobre a disponibilidade de terras para conversão para a produção de agrocombustível, e o impacto que terá sobre os granjeiros, a produção de alimentos, áreas florestadas e povos indígenas. A Lei de Terras de 1995 estabelece a conversão de posse tradicional para posse em arrendamento e muitos investidores já tem usado essa disposição para expropriar terras com fins de investimento. O governo da Zâmbia tem declarado que quer adotar uma política de terras orientada ao mercado e o novo rascunho de política de terras também espera levar adiante essas estratégias."

Uma forte oposição aos agrocombustíveis tem estado crescendo rapidamente, impugnando tanto a suposta solução "neutra de carbono" que alegam ser e seus impactos ambientais e sociais. Em novembro de 2007, várias organizações da sociedade civil africana fizeram "Um chamamento africano para uma moratória sobre os desenvolvimentos dos agrocombustíveis" (2) exigindo uma moratória sobre os novos desenvolvimentos dos agrocombustíveis em seu continente. "Precisamos proteger nossa segurança alimentar, florestas, água, direitos sobre a terra, granjeiros e povos indígenas da agressiva marcha dos desenvolvimentos dos agrocombustíveis que estão devorando nossa terra e recursos a uma escala e velocidade incríveis" diz o chamamento.

Advertem que "a revolução dos agrocombustíveis" visa a substituir milhões de hectares de sistemas agrícolas locais e as comunidades rurais que trabalham neles, com grandes plantações. Está orientada a substituir o cultivo indígena

baseado na biodiversidade, pastoreio e sistemas de cultivo de pastagem com monoculturas e cultivos para agrocombustíveis geneticamente modificados. Além disso, os milhões de hectares das que os promotores dos agrocombustíveis chamam eufemisticamente 'terras incultas' ou 'solos marginais' devem transformar-se para a produção 'produtiva' de combustível, esquecendo convenientemente que milhões de pessoas em comunidades locais obtêm sua sustentação desses ecossistemas frágeis. E onde não há sistemas de cultivo indígenas para serem substituídos, simplesmente pegam as florestas. No assento do motorista estão as corporações multinacionais que dirigem melhor esse tipo de enormes monoculturas e já controlam o mercado internacional para os agrocombustíveis."

E concluem que: "Não podemos perder nossos alimentos, florestas, terras e água se devemos enfrentar os desafios da mudança climática e insegurança alimentar. Portanto pedimos a nossos governos africanos e a aqueles do norte que se detenham e pensem. Exigimos urgentemente uma moratória que possa proteger a África das muitas ameaças do novo e perigoso estouro dos agrocombustíveis.

Artigo baseado em informação de: (1) "Agrofuels in Africa – The impacts on land, food and forests", African Biodiversity Network, julho de 2007, *Biofuel case study: Zambia*, Matongo Mundial, encarregado por Clement Chipokolo, http://www.gaiafoundation.org/documents/AgrofuelAfrica_Jul2007.pdf; (2) Novembro de 2007, An African Call for a Moratorium on Agrofuel Developments, <http://www.africanbiodiversity.org/media/1210585794.pdf?PHPSESSID=0c91fabd2a80b164fb52f594d4da9c5/>

[início](#)

- Manejo florestal comunitário: uma publicação nova e inspiradora de FoEI

Milhares de pessoas do mundo inteiro vivem em áreas rurais e em maior o menor grau dependem dos ecossistemas de florestas para sustentar-se. No entanto, a degradação das florestas e o desmatamento estão ocorrendo com uma velocidade alarmante e portanto colocando em risco suas vidas.

Seja para os povos indígenas dependentes das florestas e comunidades camponesas rurais ou para comunidades urbanas baseadas em serviços ambientais fornecidos pelas florestas, elas têm uma função vital no dia a dia. Os processos de distribuição injustos, o consumismo e a falta de bom governo estão no centro do manejo insustentável de recursos, causando problemas ambientais e o contínuo empobrecimento das populações locais.

Esta nova publicação produzida pelo Programa de Florestas e Biodiversidade de Amigos da Terra Internacional fornece ímpetus renovados e documentação que ilustra de que forma as soluções inovadoras baseadas no conhecimento das comunidades locais estão contribuindo com a melhoria de suas condições de vida enquanto também protegem e mantêm os ecossistemas de florestas.

"O manejo comunitário das florestas se refere às regulamentações e práticas que muitas comunidades usam para a conservação e o uso sustentável das florestas com as que convivem. Esse tipo de manejo é coletivo e comunitário e tem sido tradicionalmente identificado com a proteção das florestas em confrontação com o uso industrial e mercantil que se tem abatido sobre os recursos das florestas."

A publicação fornece experiências comunitárias de uma ampla variedade de países, detalhando sucessos e desafios nos esforços dos povos locais para controlar, usar e proteger suas florestas. Essas experiências incluem casos na Índia, Papua Nova Guiné, Malásia, Indonésia, França, Grécia, Chile, Bolívia, Amazônia, Costa Rica, Salvador e Haiti. Os casos oferecem uma boa base para ilustrar e motivar a reflexão sobre manejo florestal comunitário com o fim de incentivar o uso sustentável das florestas.

Além das experiências das comunidades locais, a publicação inclui análise para reflexão crítica e discussão sobre um amplo número de ameaças e oportunidades, com assuntos que vão desde a função dos governos e as instituições financeiras internacionais até a soberania alimentar, consumismo, mudança climática, saúde das pessoas, mercados para produtos locais e posse da terra. O livro evidencia a forma na que esses assuntos afetam os povos locais, e a relaciona com o assunto mais amplo da justiça social e ambiental.

Usada como base para a reflexão coletiva sobre o controle dos recursos em nível local, através de processos de tomada de decisões participativas e divisão igualitária dos benefícios, esta publicação inspiradora é uma ferramenta valiosa a ser utilizada pelas comunidades que queiram exercer maior controle sobre suas vidas e recursos, para comunidades que lutam para melhorar suas vidas, para restabelecer ecossistemas degradados, bem como para fazer lobby político contra políticas socialmente e ambientalmente destruidoras.

Por: Antonis Diamantidis, email: antonis@wrm.org.uy

O livro está disponível em formato eletrônico em <http://www.coecoceiba.org/images/pub91.pdf>, e em breve estará disponível em inglês e francês. Por maior informação, entrar em contato com Javier Baltodano, de Amigos da Terra em: licania@racsac.co.cr

[início](#)

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- As mulheres sofrem os maiores impactos da produção de agrocombustíveis

A expansão das plantações em grande escala- tanto de monoculturas quanto de árvores- para a produção de agrocombustíveis líquidos como o bioetanol e o biodiesel vem aumentando em muitos países do Sul, com impactos negativos sobre as pessoas e o ambiente.

Atualmente, até a FAO admite os riscos. Um relatório da FAO recentemente publicado analisa a produção de agrocombustíveis e seus impactos diferenciados por gênero, explicando que pode aumentar a marginalização das mulheres nas áreas rurais, e assim ameaçar seus meios de vida.

O modelo em grande escala de matérias- primas para a produção de agrocombustíveis implica maiores exigências territoriais sobre as chamadas terras "marginais", que providenciam funções chave de subsistência para a população rural pobre e que freqüentemente são cultivadas por mulheres. O relatório reconhece que a substituição das lavouras locais por plantações de monoculturas para energia poderia ameaçar a biodiversidade agrícola bem como o extenso conhecimento e as habilidades tradicionais dos pequenos agricultores no manejo, seleção e armazenamento das lavouras locais- atividades que são desenvolvidas principalmente por mulheres.

Além disso, a produção de agrocombustíveis pode causar impactos negativos no setor pecuário, que é chave para a segurança alimentar das comunidades rurais, em decorrência da redução na disponibilidade de terras para pastagem e do aumento no preço da forragem (devido ao uso cada vez maior de produtos agrícolas básicos para a produção de biocombustíveis).

O possível esgotamento ou degradação dos recursos naturais associados com as plantações em grande escala para a produção de biocombustíveis pode ocasionar uma carga adicional sobre o trabalho e a saúde dos agricultores rurais, em particular sobre as mulheres rurais. Se a produção de agrocombustíveis concorrer, direta ou indiretamente, por água e lenha, irá diminuir a disponibilidade de tais recursos para o uso doméstico. Isso forçaria as mulheres, que na maioria dos países em desenvolvimento são tradicionalmente responsáveis pela coleta de água e lenha, a deslocar-se a distâncias maiores e assim minguariá o tempo para elas poderem gerar renda de outras atividades.

A perda potencial de biodiversidade e de biodiversidade agrícola apresenta riscos para a produção de alimentos bem como coloca uma séria ameaça para os meios de vida rurais e a segurança alimentar no longo prazo. Em especial, o potencial desmatamento associado com o estabelecimento das plantações em grande escala para a produção de biocombustíveis pode causar impactos negativos nas comunidades que dependem dessas florestas para obterem seu sustento, aumentando a insegurança alimentar.

A produção de biocombustíveis também pode ter impactos diferenciados por gênero quanto ao acesso aos alimentos, tanto por efeito do preço quanto da renda. Existe uma evidência cada vez maior de a crescente demanda por produtos agrícolas para a produção de biocombustíveis líquidos estar contribuindo para reverter a queda do preço tanto de produtos agrícolas quanto de alimentos que tem ocorrido nas últimas décadas. Isso pode ter impactos negativos na segurança alimentar, em especial para as famílias pobres que devem comprar bem como para os países que devem importar produtos agrícolas e alimentos. A demanda em alta por biocombustíveis líquidos também pode fazer com que os preços dos produtos agrícolas e alimentos sejam mais instáveis, expondo a um significativo número de famílias e pessoas ao risco da insegurança alimentar. Os aumentos repentinos nos preços dos alimentos podem ter repercussões negativas em especial para as famílias mais pobres e grupos vulneráveis, particularmente para as mulheres e as chefes de família que são expostas à insegurança alimentar crônica e transitória, devido a seu acesso limitado a atividades geradoras de renda.

Além do mais, as supostas oportunidades de emprego nas áreas rurais geradas pelo estabelecimento de plantações para a produção de agrocombustíveis estão destinadas em sua maioria a trabalhadores agrícolas pouco especializados e ainda são empregos sazonais ou informais. A FAO informa que um número crescente desses trabalhadores são mulheres, que devido às desigualdades sociais existentes geralmente estão em desvantagem, se comparadas com os homens, quanto aos benefícios trabalhistas, segurança ocupacional e os riscos sobre sua saúde.

Em geral, o cultivo de cana-de-açúcar e de dendezeiro tem estado ligado, em muitos países do Sul, a condições injustas de emprego, riscos de saúde e de segurança, trabalho infantil e trabalho forçado. Em alguns casos, as condições trabalhistas nas plantações (inclusive nas de matérias-primas para agrocombustíveis) têm um impacto diferenciado por gênero. Os proprietários de terras costumam preferir mulheres como trabalhadoras para pagar menores salários e por serem mais dóceis e dependentes do que os homens, e portanto são mais exploráveis.

É difícil obter dados confiáveis sobre a participação das mulheres como trabalhadoras agrícolas assalariadas, devido ao predomínio da informalidade nos acordos trabalhistas. Há evidências, porém, que essa participação vem aumentando no mundo inteiro e que as mulheres respondem por 20-30 por cento do total de trabalhadores agrícolas assalariados. Na América Latina e o Caribe, a cifra é de 40 por cento, enquanto nos países africanos, é provável que essa porcentagem seja ainda maior. Há evidência de as mulheres receberem em média menor treinamento do que os homens, frequentemente fazerem trabalhos repetitivos que repercutem na saúde e enfrentarem problemas de reprodução em decorrência da exposição a agroquímicos. Na Malásia, por exemplo, as mulheres, que representam cerca da metade da força de trabalho nas plantações, são frequentemente recrutadas como aplicadoras de pesticidas químicos e herbicidas, sem terem treinamento apropriado nem equipamentos de segurança. Isso pode ter sérias consequências no longo prazo sobre a saúde dessas mulheres trabalhadoras.

O relatório da FAO conclui que os esforços para mitigar a mudança climática através da promoção da produção de agrocombustíveis líquidos pode reduzir a resiliência sócio-econômica (especialmente entre os grupos mais vulneráveis, inclusive as mulheres), enfraquecendo sua capacidade de lidar com abalos exógenos como a mudança climática.

Contudo, a FAO não toma uma posição comprometida contra o modelo de agrocombustíveis que vem sendo promovido, e que é insustentável por sua própria natureza, e acaba com o pensamento ilusório que "ao garantir que

a produção de biocombustíveis é benéfica tanto para homens quanto para mulheres nos países em desenvolvimento seria fortalecida sua capacidade de lidar com os impactos da mudança climática”.

Acolhemos positivamente a informação providenciada pelo relatório da FAO, mesmo que sintamos que a conclusão final não se sustenta. Cada vez mais, os agrocombustíveis provam que não trazem nenhum benefício social nem ambiental, e o relatório da FAO descreve como eles afetam especialmente as mulheres rurais pobres. A conclusão deveria ser portanto forte e clara: se quiserem beneficiar as mulheres rurais pobres, não promovam os agrocombustíveis!

Extraído, adaptado e comentado de: “Gender And Equity Issues In Liquid Biofuels Production Minimizing The Risks To Maximize The Opportunities”, Andrea Rossi e Yianna Lambrou, Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, Roma, 2008, <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/010/ai503e/ai503e00.pdf>

[início](#)

- África do Sul: visita às monoculturas de árvores industriais da Komatiland Forests

Em novembro de 2007, vários representantes do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais visitaram as operações da Komatiland Forests em Brooklands na província de Mpumalanga na África do Sul.

Sob uma fotografia de J. Brooke Shires, que plantou as primeiras árvores de eucaliptos e acácias em Brooklands em 1876, escutamos uma apresentação da companhia. A Komatiland é uma companhia paraestatal que maneja um total de aproximadamente 128.000 hectares de plantações de pinus principalmente. As árvores são cultivadas em uma rotação de 28 a 30 anos para madeira de serraria. A Komatiland emprega 2.400 pessoas, com mais 1.200 pessoas empregadas sob contrato, conforme disseram. As plantações da Komatiland em Brooklands cobrem uma área de pouco mais de 12.000 hectares. A companhia usa um sistema de extração de madeira com cavalos em aproximadamente um terço de suas terras em Brooklands.

A companhia tem sido certificada pela SGS de acordo com o sistema de certificação do Conselho de Manejo Florestal desde 1997. Um funcionário da Komatiland nos disse que há quatro estágios da certificação: descumprimento não intencional; descumprimento intencional; cumprimento intencional; e cumprimento não intencional. Nestes dias de esverdeamento empresarial, esta parte da apresentação foi estimuladamente honesta. “Não tenho idéia de onde estamos” disse ele, rindo. “Em algum lugar entre a opção número dois e a três”. Esse foi um membro do pessoal de uma companhia certificada pelo FSC admitindo publicamente que a Komatiland não cumpria totalmente os padrões do FSC. “Há problemas com todas as operações. Não somos perfeitos. Vocês poderão achar problemas em cada uma de nossas unidades de plantação”. Disse para uma audiência que ele sabia que criticava tanto as plantações de árvores industriais quanto a certificação do FSC.

Winnie Overbeek perguntou sobre direitos à terra e conflitos sobre a terra. “Essa parece uma pergunta muito européia” respondeu. Overbeek explicou que ele tinha trabalhado por mais de uma década no Brasil apoiando os Povos Indígenas Tupinikim e Guarani em sua luta pela terra na área ocupada pelas plantações da Aracruz Celulose e que sua pergunta se baseava nessa experiência. Ousadamente o representante da companhia continuou dizendo. “A África do Sul é um país muito especial”, explicou. “Não há povos indígenas na África do Sul de acordo com os padrões do FSC. Quando existia o apartheid houve muitas reivindicações de terras. Todas as plantações e granjas têm reivindicações de terras. Isso não significa que sejam reivindicações de terras válidas”. Isso aparece incrivelmente similar aos argumentos que a Aracruz utilizou perante o Ministério da Justiça brasileiro que decidiu em favor dos Tupinikim e Guarani (ver Boletim do WRM 122, setembro de 2007).

Em 2007, a Komatiland perdeu aproximadamente 17.000 hectares de plantações por incêndios. “O aquecimento global está piorando as coisas” disse o funcionário da Komatiland. “Por exemplo, os besouros do pinus estão atacando árvores de florestas nativas. Ninguém sabe o que vai acontecer depois. Esperamos algumas mudanças e

temos medo disso."

Wally Menne da coalizão TimberWatch salientou que apesar de que a companhia é chamada Komatiland Forests, esse nome está errado, porque as operações florestais da Komatiland consistem em plantações de árvores industriais em grande escala.

Depois da apresentação, a companhia nos levou a conhecer algumas de suas plantações. Passamos através de monoculturas de pinus e eucaliptos da Komatiland. Vimos grandes áreas de corte rente e áreas de plantação queimadas. Passamos pela moradia dos trabalhadores construída pela companhia –fileiras de pequenos bangalôs rudemente construídos, com tetos de lata e grandes números pintados nas portas. Em sua avaliação da Komatiland, a SGS aponta que a companhia emprega diretamente apenas 1.729 pessoas. Dirigindo através das plantações e áreas de corte rente vimos muito poucos trabalhadores.

Detivemo-nos em uma crista, com ricas pradarias verdes de um lado do caminho e um cenário de destruição completa de outro. Cada coisa viva tinha sido cortada e refugada, deixando o que parecia uma paisagem lunar marrom. Saímos e passamos caminhando por pilhas de troncos, alguns dos quais estavam marcados com o número de manejo florestal e cadeia de custódia (SGS-FM-COC-0068). Na distância, uma máquina estava apanhando troncos e os deixava em prolixas pilhas.

Na apresentação da companhia, eles tinham dito que 30 por cento da terra da Komatiland está aberta e que desde 1994 a área de plantações em Brooklands se tinha reduzido de 10.000 hectares para 9.000 hectares. Eles disseram que não havia plantações dentro de 20 metros de córregos. Havia um córrego fluindo bem ao lado da área de corte rente. As árvores de eucaliptos e pinus estavam crescendo bem até a beira do córrego.

Vimos uma operação de extração usando cavalos. A Komatiland nos disse que a extração com cavalos dana menos o solo e emprega mais pessoas que a atividade madeireira mecanizada. A operação que vimos era em uma ladeira que de qualquer jeito era escarpada demais para usar máquinas. Parecia um trabalho brutalmente árduo. Quatro homens estavam trabalhando com três cavalos. Os cavalos puxavam os troncos uma vez cada um ladeira abaixo. Os homens tinham então que desatar as cadeias do tronco e levar os cavalos ladeira acima. Enquanto isso, os supervisores os olhavam de cima da ladeira. Um deles tinha trazido seu cão para trabalhar.

Durante a apresentação da companhia eles tinham dito "quando existia o apartheid" na África do Sul. No entanto, cada trabalhador que vimos era negro. E cada supervisor que vimos era branco. Nas plantações da Komatiland parece que o apartheid ainda existe.

Por Chris Lang, <http://chrislang.org>

[início](#)

- Austrália/ Tasmânia: acordo favorece projeto da fábrica de celulose da Gunns apesar da oposição popular

No início deste mês, a população da Tasmânia ficou sabendo de um acordo que tinha sido fechado havia quatro meses entre o governo e a empresa madeireira Gunns. O acordo, chamado o Acordo do Risco de Soberania, estabelece que os contribuintes devem financiar a empresa durante 20 anos com 15 milhões de dólares caso o abastecimento de madeira fique comprometido por qualquer motivo. (1)

A fábrica de celulose planejada pela Gunns tem enfrentado uma forte oposição dos setores sociais, inclusive dos estudantes. No blog Estudantes Contra a Fábrica de Celulose (<http://stopthemill.blogspot.com/2008/04/alliance-forms-to-save-tasmania-from.html>) é possível ler: "Então se nós votamos que rejeitamos esse governo porque nós não aprovamos a fábrica de celulose, o próximo governo será forçado a continuar com o abastecimento de madeira à Gunns, ainda se a maioria dos tasmanianos não concordarem. Completamente antidemocrático".

O favoritismo do governo pela Gunns está em total contraste com a atitude diante da preocupação levantada pelos potenciais impactos adversos que a impopular fábrica de celulose Gunns planeja construir no Vale Tamar. A rápida aprovação da Gunns nem sequer avaliou os potenciais impactos adversos da fábrica de celulose sobre o turismo, a pesca, a agricultura limpa e a produção de vinho. E caso a proposta fábrica de celulose cause danos às indústrias limpas, elas não receberão nenhuma compensação por isso.

As empresas locais foram informadas que não é assunto do governo dar ajuda se o prejuízo a sua reputação limpa e verde continuar.

Um artigo do partido Tasmanian Greens (2) denuncia que: "Uma carta escrita pelo Primeiro- Ministro Paul Lennon ao Conselho da Indústria do Turismo da Tasmânia (TICT) aborda especificamente as preocupações da indústria a respeito da fábrica de celulose, com data de 6 de setembro de 2007, afirma em relação

TICT: 'Deve existir um método para ajudar as empresas que sofram perdas de valor em ativo ou comercialização como resultado comprovado da operação da fábrica de celulose'

Premier: 'As pessoas precisarão buscar conselho legal independente a respeito dos disponíveis se elas sofrem perdas de valor em ativo ou comercial como resultado da operação da fábrica de celulose.'"

O blog dos estudantes informa que no passado dia 16 de abril "Um variado conjunto de grupos, pessoas e empresários da Tasmânia e da Austrália se reuniram no Vale Tamar nesse fim de semana e acordaram a formação de uma aliança coesa de trabalho para deter a fábrica de celulose da Gunns."

Houve um apelo para encerrar as contas bancárias pessoais no Banco ANZ como punição por seu potencial apoio ao projeto da fábrica de celulose da Gunns, e cerca de 100 pessoas- especialmente jovens- se reuniram no campo do Parlamento para manifestar sua mensagem principal: NÃO REDUZAM A POLPA O NOSSO FUTURO!

Artigo baseado em informações de: (1) Compo for Gunns if supply fails, Matthew Denholm, The Australian, <http://www.theaustralian.news.com.au/story/0,25197,23652116-5013871,00.html>; (2) \$15 Million Price Tag On Democracy Under Deal With Gunns, http://tas.greens.org.au/News/view_MR.php?ActionID=2979

[início](#)

- **Birmânia: Gerais deliram por agrocombustíveis**

Os biocombustíveis- óleos biodiesel extraídos de plantas para substituir os combustíveis fósseis altamente custosos- têm se tornado uma questão polêmica já que as plantações para biocombustíveis vêm se apropriando das terras que as comunidades locais usavam fundamentalmente para a produção de alimentos.

Na Birmânia, a junta militar que governa o país tem empreendido uma expansão maciça de plantações para biocombustíveis através da confiscação forçada de terras bem como de prisões, multas e espancamento de agricultores.

O plano de cinco anos da junta visa a plantação de 8 milhões de acres (mais de 3 milhões de ha) de jatrofa curcas (noz purgante, *jatsuu* em birmanês) para a produção de biocombustíveis. Cada estado e divisão do país deve plantar 500.000 acres (200.000 há). Hoje, após dois anos do programa, estão vêm à tona as brutalidades que as populações locais sofrem ao serem forçadas a plantar jatrofa.

O relatório intitulado "Biofuel by Decree: Unmasking Burma's bio- energy fiasco" (Biocombustível por Decreto: desmascarando o fiasco da bioenergia na Birmânia", elaborado pelo Ethnic Community Development Forum, uma aliança de sete organizações de desenvolvimento comunitárias birmanesas, detalha o modo em que a junta birmanesa aterroriza as populações locais para plantarem jatrofa para biocombustíveis apesar de " a evidência do

fracasso da cultura e da malversação expor o programa como um fiasco”, conforme o relatório.

O relatório afirma que os agricultores, funcionários públicos, professores, escolares, enfermeiras e os prisioneiros têm sido forçados a comprar sementes e cumprir com exorbitantes cotas de plantação, que consomem tempo, terras e recursos essenciais para a subsistência.

Um manual elaborado pelo Ministério da Agricultura afirma que devem ser plantadas 1.200 árvores por acre. Para atingir esse objetivo, seria necessário que cada homem, mulher e criança birmaneses plantassem 177 árvores cada um em três anos. A junta planeja também exportar o biodiesel no futuro e o projeto jatrofa já atraiu investidores da Tailândia, Cingapura e o Reino Unido.

A junta alega que os biocombustíveis são necessários como substitutos do combustível para que a Birmânia diminua sua dependência dos 200 milhões de galões de petróleo que o país importa anualmente. A Myanmar oil and Gas Enterprise- empresa propriedade da junta espera que o país possa substituir, daqui a poucos anos, os 40.000 barris de petróleo que importa por jatrofa. A auto- suficiência energética alegada pela junta, porém, parece duvidosa devido a que tem estado vendendo os inúmeros depósitos de gás natural do país à Tailândia, Índia e China.

Em março de 2006, o chefe do exército birmanês e do Conselho de Estado para a Paz e o Desenvolvimento (SPDC), o General Than Shwe exortou a “plantar jatrofa extensivamente em todo o país,”- um discurso que, de fato, transformou o projeto de biocombustíveis em um “dever nacional” e deflagrou as atividades delirantes de plantar jatrofa em “todo espaço vazio.”

Rapidamente, cerimônias envolvendo militares de alta hierarquia e batalhões de soldados deram início aos projetos de plantação em povoados e cidades. O exército ordenou aos funcionários públicos que plantassem jatrofa em repartições, escolas e hospitais; e também foram atingidos os jardins, pátios de igrejas, monastérios e até cemitérios.

O exército obriga a população a comprar sementes, galhos ou mudas bem como a trabalhar e usar suas próprias ferramentas agrícolas e terras. A confiscação de terras é a norma: por exemplo, no estado nortista de Shan, a junta se apropriou de 1.000 acres de terra que pertenciam aos agricultores no povoado de Man Mao e entregou as terras à milícia local para plantarem jatrofa.

A maior parte dos moradores são forçados a comprar mudas, galhos ou sementes em pacotes e cestos (bem como um “manual de instruções) freqüentemente a preços exorbitantes.

Um entrevistado disse, “Compramos as plantas quando as autoridades vieram a nosso povoado. Cada casa tinha que pagar 400 kyat por planta. Alguns moradores não tinham dinheiro e tiveram que pedir emprestado de outros para pagar as plantas.” (A cotação oficial varia entre 5,75 e 6,70 kyats por dólar americano.)

Em um caso bizarro, os moradores foram forçados a encontrar sementes silvestres, tiveram que semeá-las em um viveiro, e depois comprar novamente as mudas que eles tinham cultivado.

Em agosto de 2006, o cultivo de jatrofa atingiu a marca de 1 milhão de acres; os planos foram então atualizados para 2,3 milhões de acres em 2006- 07; 2,68 milhões de acres em 07-08 e 3,38 milhões de acres em 08-09, totalizando 8,36 milhões de acres.

O relatório explica a situação arrepiante na Birmânia já que essas cotas vêm sendo aplicadas com espancamentos e ameaças de morte. Uma pesquisa de campo em 32 cidades do país que inclui 131 entrevistas com agricultores, funcionários públicos e investidores detalha como os soldados estão prendendo e espancando as pessoas e ameaçando de morte a aqueles que não atingirem as cotas, estragarem as plantas ou criticarem o programa. No mínimo, oitocentas pessoas tem fugido através da fronteira entre a Tailândia e o estado sulista Shan para escapar da

crueldade do programa de agrocombustíveis.

Apesar de todas essas medidas, o fracasso dessas culturas - em 72% dos casos- perturba o projeto após dois anos de sua implementação devido à falta de uma técnica definida de crescimento e ao estoque improdutivo de sementes.

Mesmo quando as árvores crescem, produzem poucas sementes porque as condições climáticas e do solo não são levadas em consideração de forma adequada. Além do mais, a Birmânia tem escassa capacidade de extrair óleo das sementes, e grande parte do biodiesel produzido é de tão baixa qualidade que os motores não funcionam bem.

As árvores de jatrofa levam de 4 a 5 anos para madurarem completamente. Durante esse período, os agricultores não obtêm nenhum rendimento; as famílias não têm muito para se alimentar porque as terras aráveis estão destinadas às plantações para agrocombustíveis. Um agricultor pergunta, "Eles disseram que seria um projeto de três anos; mas o que comeremos nesse ínterim?"

A escassez de alimentos é um problema sério em muitas regiões da Birmânia. Conforme o Programa Mundial de Alimentação das Nações Unidas, em 2007, cerca de 5 milhões de pessoas (quase 10% da população birmanesa) sofriam uma escassez de alimentos crônica.

Um agricultor disse, "Nós sofremos com a falta de terras agrícolas para cultivar. Não podemos trabalhar adequadamente. Temos que plantar *jet suu*. Se não queremos plantar, eles tiram 2.500 kyat por acre de cada um de nós. Nosso tempo é limitado e agora nós temos que ir mais longe e não temos tempo de escapear nosso arroz."

Também há preocupação a respeito das propriedades tóxicas da jatrofa devido à presença de toxalbuminas chamadas curcina, ricina e ácido ciânico, associado ao ácido ricinoléico. Mesmo que todas as partes da planta sejam tóxicas, as sementes têm a maior concentração de ricina e portanto são altamente venenosas. Já foi provado que a ricina tem muitos efeitos cardiotoxicos (dano no músculo do coração) e hemolíticos (rompimento dos glóbulos vermelhos e a liberação de hemoglobina nos fluidos circundantes). Os efeitos adversos decorrentes do consumo de sementes incluem vômitos, diarreia, dores abdominais, e sensação de queimação na garganta.

A população local tem encontrado algumas vias para mostrar desacato. Enfrentados com a perda de terras e do sustento, muitos moradores não vêem outra opção a não ser procurar vias para evitarem ou se recusarem a plantar. Alguns compram mudas mas não as plantam; outros plantam menos do que é ordenado; os cartazes que promovem os biocombustíveis também foram deteriorados.

Por Amraapali N., da região do Mekong, e-mail: amraapali@gmail.com

O relatório "Biofuel by Decree" publicado por the ethnic Community Development Forum (ECDF) está disponível para baixar em: <http://cban.ca/Resources/Topics/Agrofuels>.

[início](#)

DIRETAMENTE DESDE A CDB

A vida real estoura na Convenção sobre Diversidade Biológica

A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) é um processo governamental internacional que se apresentou como muito bom quando nasceu em 1992 durante a Cúpula da Terra das Nações Unidas ocorrida no Rio de Janeiro, Brasil.

Na época, parecia que os governos tinham se tornado cientes do futuro ameaçador da Terra caso a perda de biodiversidade pelo desmatamento, a biopirataria, a expansão do agronegócio, e outras questões permanecessem

inalteradas. Por isso foi colocada a moção de um mecanismo- a CDB-, com reuniões a cada dois anos em cúpulas de alto nível e eventos paralelos de organizações da sociedade civil.

A CDB conseguiu resistir à contaminação corporativa um pouco mais do que outros fóruns (p.ex. a Convenção sobre Mudança Climática). Contudo, pouco a pouco, foi afastada de seus objetivos cada vez mais pela agenda da indústria até se tornar uma seqüência de prolongadas sessões que produzem documentos repletos de colchetes que são adiados à espera de os grupos de pressão fecharem seus acordos sobre questões que têm impactos diretos na vida presente e futura dos povos.

Em repetidas ocasiões, as organizações sociais têm tentado abrir uma brecha ao participarem dos espaços concedidos a elas dentro do processo. Contudo, raramente emplacaram efeitos reais nas políticas e aplicações.

Em decorrência disso, as organizações têm tentado fazer um caminho e insuflar os problemas, as preocupações e os sonhos das pessoas reais- enfim, a vida das pessoas reais- na CDB. E fizeram isso através da imaginação, participação, humor e até da provocação.

A seguir, um breve panorama de algumas das ações realizadas na atual 9ª Conferência das Partes (COP9) da CDB, que tem lugar em Bonn.

Domingo 18 de maio - "Os agrocombustíveis criam pobreza e fome"

Cerca de 60 pessoas protestaram contra o plantio em larga escala de cultivos para energia- que é um desastre para o abastecimento de alimentos e causa desmatamento- apresentado como uma forma de lidar com o aquecimento global. Até agora, a conclusão franca que diz respeito à necessidade de o uso da energia ser reduzido radicalmente, em especial no "Ocidente", é ignorada pelos principais meios de comunicação e os responsáveis políticos.

Em dois postos de gasolina, os motoristas tiveram que fazer uma escolha: 'gasolina' à direita, 'alimentos' à esquerda. Os cartazes no local afirmavam "os agrocombustíveis não são a solução para a dependência do petróleo."

A maioria dos motoristas demonstrou simpatia pela medida, mas nesse momento queriam abastecer seus carros de qualquer jeito.

A frentista do posto de gasolina da Shell estava furiosa com as informações de oposição divulgadas na frente do posto e chamou a polícia. Depois de algumas discussões a ação foi permitida, mesmo que tivessem que dar aos motoristas mais possibilidades de contornar o 'portão da escolha'.

Depois de duas horas, o grupo começou a se deslocar novamente para realizar uma curta manifestação que foi concluída com um piquenique com alimentos locais e saudáveis, já que ainda é possível.

Entre os manifestantes havia muitos integrantes da Via Campesina, a rede internacional dos pequenos agricultores. Para eles e para os milhões de pessoas que eles representam, a introdução dos agrocombustíveis em grande escala é um perigo direto para seu sustento e sua própria vida.

Vide foto em <http://www.wrm.org.uy/bulletin/130/1.jpg>

Mais fotos disponíveis em: <http://www.globaljusticeecology.org/gallery.php?catID=26>

Quinta- feira 22 de maio- Dia da Biodiversidade da ONU... ou melhor dizendo o Dia Internacional da

Lucrodiversidade

A Câmara de Comércio Internacional, a organização formada pelas maiores empresas do mundo, organizou uma reunião com almoço. A reunião foi interrompida pela visita de um grupo peculiar de "acionistas felizes" que celebravam os monopólios do agronegócio e parabenizavam a indústria por destruir a biodiversidade agrícola- fatos que possibilitaram a obtenção de seus altos lucros. No final, eles fizeram um brinde aos Fornecedores da Revolução 'Gangrena'![do inglês (Gan) Green, referindo-se à Revolução Verde]

Em uma parte do seu discurso, afirmavam: "Nós, 'A Iniciativa dos Pequenos Acionistas' (TSSI) estamos muito contentes a respeito das importantes questões que devemos informar em nome do Dia Internacional da Lucrodiversidade:

- A indústria consegue US\$ 220.000 para apoiar as empresas em seu trabalho na CBD. Isso significa que nós podemos dar nossos lucros aos acionistas e ainda fazer com que as pessoas acreditem que nós trabalhamos pela biodiversidade.

- Durante a reunião de alto nível de quinta- feira, dia 29 de maio, a indústria tem justamente uma hora para apresentar suas idéias. Os outros grupos de interesse em conjunto têm que dividir a outra hora. Posteriormente, todos os delegados estão convidados, como parte do programa oficial, para um almoço. Outra opção seria fazer com que as delegações fizessem o que nós queremos.

Bravo!"

Vide foto em <http://www.wrm.org.uy/bulletin/130/2.jpg>

Mais fotos disponíveis em: <http://www.globaljusticeecology.org/gallery.php?catID=26>

Quinta- feira 22 de maio- Natureza para as pessoas, não para a indústria!

Ativistas de todo o mundo penduraram cartazes, bateram em xícaras e entregaram a mensagem da Via Campesina durante as celebrações oficiais do Dia da Biodiversidade, logo após a mensagem do secretário geral das Nações Unidas, Ban Ki Moon aos delegados da Convenção.

Devido ao fato de o agronegócio dominar o atual comércio de alimentos no mundo com um pacote de medidas da Revolução Verde que destrói a bio e a agrodiversidade, os cartazes diziam "Não há agrodiversidade sem agricultores" e "Natureza para os povos, não para a indústria".

Após uns poucos minutos, o pessoal de segurança e funcionários das Nações Unidas tiraram os cartazes e as pessoas que os seguravam foram acompanhadas a sair do Hotel Maritim, e perderam os crachás de credenciamento que são solicitados para participar das reuniões.

Contudo, os membros da Via Campesina receberam aplausos de muitos delegados governamentais ao entoarem "natureza para os povos, não para a indústria".

A mensagem foi que nenhuma solução pode provir do modelo de produção atual. Pelo contrário, são as comunidades rurais que têm a chave tanto para lutar contra a fome no mundo quanto para salvaguardar a biodiversidade do planeta.

Eles têm a capacidade de alimentar o mundo promovendo a diversidade de alimentos e mantendo as culturas

tradicionais sem sobrecarregar o meio ambiente. Além disso, a produção ecológica local em pequena escala, é um caminho efetivo e imediato para reduzir as emissões de carbono e esfriar o planeta.

Vide foto em <http://www.wrm.org.uy/bulletin/130/3.jpg>

Mais fotos disponíveis em: <http://www.globaljusticeecology.org/gallery.php?catID=26>

Sexta- feira, 24 de maio - As plantações não são Florestas!

O Conselho de Florestamento alemão organizou um evento para os representantes da indústria florestal e madeireira.

Como é de praxe, o discurso com uma abordagem utilitária e em prol do mercado não diferenciou as florestas das plantações, e de fato, foi ilustrado com fotos de plantações de monoculturas de árvores descritas como florestas.

O uso e a comercialização das florestas foram apresentados como estratégias em favor do clima, enfatizando a capacidade das florestas para seqüestrarem carbono. A apresentação finalizou com um emotivo "apelo" para usar os recursos madeireiros, ilustrada por uma imagem de uma escultura- o "homem de madeira", e seguida por um concerto de violino, cujo propósito era salientar que "até os violinos" são feitos de madeira.

Após a apresentação houve uma recepção. Espontaneamente, um grupo de cinco mulheres montou uma estratégia para apresentar suas opiniões: quando os convidados estavam desfrutando de drinques e aperitivos, elas capturaram sua atenção, e se revezaram para fazer breves declarações sobre os perigos das árvores GM, o fracasso das plantações como forma de atingir os objetivos de mitigação da mudança climática e proteção da biodiversidade e sobre o impacto das plantações das monoculturas de árvores nos solos, cursos d'água e pessoas no Brasil e no Uruguai, bem como a situação das florestas européias, apontando seu longo histórico de exploração e a concomitante perda de biodiversidade.

Um pequeno grupo de pessoas aparentemente contrariadas pela interrupção saiu do salão, mas em geral essa pequena medida foi bem recebida pelos convidados que aplaudiram e acenaram a cabeça positivamente. Uma oportunidade a mais para falar contra a mentalidade das monoculturas.

Vide foto em <http://www.wrm.org.uy/bulletin/130/4.jpg>

Mais fotos disponíveis em: <http://www.globaljusticeecology.org/gallery.php?catID=26>

Terça- feira, 27 de maio - Um apelo para proibir as árvores GM

Uma cerimônia de plantio de árvores foi realizada do lado de fora da reunião da CDB. Um grande número de ativistas participou dela, alguns fantasiados de frankentrees geneticamente modificados tentaram invadir a CDB enquanto outros os detiam e impediam de seguir em frente.

A cerimônia de plantação de árvores foi um gesto simbólico de como a indústria está impulsionando as plantações de monoculturas de árvores exóticas e freqüentemente invasivas. As árvores geneticamente modificadas implicam mais plantações e uma ameaça ainda maior.

A proibição da liberação das árvores geneticamente modificadas é apoiada por delegados da África e de muitos países- membros da Ásia e América Latina. Esta questão foi discutida longamente durante a primeira semana da Convenção sobre Biodiversidade e agora passará ao Segmento de Alto Nível onde os ministros de todo o mundo irão

decidir o que acontecerá com essa questão.

Vide foto em <http://www.wrm.org.uy/bulletin/130/5.jpg>

Mais fotos disponíveis em: <http://www.globaljusticeecology.org/gallery.php?catID=26>

Quarta- feira, 28 de maio - FSC: Chega de certificar plantações de monoculturas de árvores

Ativistas de movimentos sociais participaram de um evento paralelo organizado pelo Conselho de Manejo Florestal (FSC). Com cartazes, eles manifestaram sua preocupação pela abordagem do FSC, que tem ignorado as evidências providenciadas pelos movimentos sociais e ambientalistas do mundo inteiro a respeito dos impactos negativos das plantações de árvores, e que permitiu que milhões de hectares de plantações de monoculturas de árvores tenham sido enganosamente certificadas como "florestas".

Durante o evento paralelo foi lida uma declaração na qual expressaram que além de terem que enfrentar governos e corporações, as comunidades locais na luta contra as plantações em grande escala de monoculturas de árvores devem fazer face ao problema adicional decorrente do fato de essas plantações receberem credibilidade através da certificação do FSC. Contudo, cada vez mais o FSC perde sua credibilidade pela certificação desses e de outros projetos destrutivos.

Após algumas perguntas e uma curta discussão, o FSC encerrou a reunião, mesmo que outras pessoas quisessem fazer perguntas e algumas salientassem que esse devia ser um espaço democrático para discutirem os problemas com o FSC.

Os ativistas concluíram que a tomada de decisões do FSC está controlada por interesses corporativos e pretende convencer aos consumidores de que a compra de mais produtos madeireiros é boa para a biodiversidade, minando assim os esforços das organizações ambientalistas que vêm trabalhando e conscientizando os consumidores sobre a necessidade de reduzir o consumo.

Eles afirmaram que: As plantações não são florestas e o FSC não deveria certifi-cá-las! O FSC deveria DEIXAR DE ser uma ferramenta para os interesses corporativos!

Vide foto em <http://www.wrm.org.uy/bulletin/130/11FSC.jpg>

Mais fotos disponíveis em: <http://www.globaljusticeecology.org/gallery.php?catID=26>

Reportagens baseadas em informações obtidas de:

La Vía Campesina, http://viacampesina.org/main_en/index.php;

Global Justice Ecology Project, <http://www.globaljusticeecology.org>;

Indymedia Biotech, <http://biotech.indymedia.org/or/>

Global Forest Coalition, <http://www.globalforestcoalition.org>

Foto cortesia de: Global Forest Coalition

[início](#)

Boletim Mensual do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Este boletim também está disponível em francês, espanhol e inglês
Editor: Ricardo Carrere

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Maldonado 1858 - 11200 Montevideo - Uruguay
tel: 598 2 413 2989 / fax: 598 2 410 0985
wrn@wrn.org.uy
<http://www.wrn.org.uy>

